

Os católicos e a política

O tema das relações entre os católicos e a política está no ordem do dia.

O "DN" promoveu um inquérito sobre o assunto, recolhendo

as respostas de Teresa Santa Clara Gomes, secretária de Estado adjunta do primeiro-ministro, Salgado Zenha (PS), Helena Roseta (PSD) e Carlos Costa (PCP)

A nomeação da eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de primeiro-ministro veio trazer à ordem do dia as relações entre os católicos e a política.

Tratando-se de um tema extremamente importante, o «DN» promoveu um inquérito tendo recolhido as respostas de Teresa Santa Clara Gomes, secretária de Estado adjunta do primeiro-ministro, Salgado Zenha (PS), Helena Roseta (PSD) e Carlos Costa (PCP). Solicitámos, também, um depoimento ao CDS, mas não nos foi possível obter nenhuma resposta, dentro do prazo por nós estabelecido. De igual modo, contactámos numerosas personalidades da hierarquia católica, as quais, todavia, ou por se encontrarem de férias, ou alegando falta de tempo, não puderam pronunciar-se sobre a questão em debate.

Na opinião de Teresa Santa Clara Gomes, «a neutralidade em política não existe; por isso considero os cristãos, como quaisquer outros cidadãos, sujeitos políticos de pleno direito, com o que isso implica de intervenção activa na condução do processo histórico em que estão inseridos».

Fundação Centro de Documentação e de Publicações O Futuro Cuidar

A secretária de Estado adjunta do primeiro-ministro sublinha, noutra passagem, que o «Evangelho não é monopólio dos progressistas como não é monopólio dos conservadores. É, sim, monopólio daqueles que apostam na libertação total e definitiva de toda a Humanidade e que aceitam colocar as suas vidas ao serviço dessa utopia absoluta».

Segundo Salgado Zenha, «no tempo de Tibério, imperador romano, que então ocupava e oprimia a Palestina, alguém perguntou a Jesus Cristo se era ou não lícito pagar o tributo ao César romano. E então Jesus Cristo respondeu com aquela célebre sentença, de todos conhecida: «Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus».

Para aquele dirigente socialista, «o sentido geralmente atribuído a esta resposta é de que, no ensinamento de Jesus Cristo, religião e política são mundos à parte. E assim como a religião deve afirmar a sua indulgência perante o Estado, este não deve tentar dominar, mesmo pela sedução; ou perseguir, se porventura os seus mandamentos lhe desagradarem».

No dizer de Helena Roseta (PSD), «com a eng.^a Lurdes Pintasilgo, a imagem do catolicismo «progressista» aparece pela primeira vez intimamente associada ao poder político em Portugal. E não é de estranhar que partidos como o PS e o PCP, a quem agradou a nomeação desta primeira-ministra, tenham «embandelado em arco» com a opção religiosa de Pintasilgo, procurando afinal proceder exactamente do mesmo modo que o regime anterior».

De acordo com Carlos Costa (PCP), «não deixa de ser oportuno lembrar que, durante décadas de dominação fascista, foram as forças democráticas que pugnaram pelo respeito pelas convicções religiosas dos cidadãos e pela tolerância e compreensão entre crentes e não crentes(...)».

Inquérito coordenado
por Simões Ilhaca



Teresa Santa Clara Gomes:

O Evangelho não é monopólio de progressistas ou conservadores

Sou dos que pensam que a neutralidade, em política, não existe; por isso considero os cristãos, como quaisquer outros cidadãos, *sujeitos políticos de pleno direito*, com o que isso implica de intervenção activa na condução do processo histórico em que estão inseridos.

Aos que defendem a neutralidade asséptica da Igreja, atribuindo-lhe o máximo de estabilidade possível no conjunto das forças sociais, respondendo, com Paulo Freire, que minimizar a dimensão histórica e política do cristianismo é «castrá-lo da sua dimensão profética, cujo testemunho é a *transformação radical* e não o temor à mudança ou o receio de um futuro incerto».

De facto, negar a dimensão política da vida cristã seria recusar o risco da encarnação; seria perder de vista que o projecto libertador de Jesus Cristo se desenrola no tempo e no espaço, a partir dos dados concretos que tecem o quotidiano. Ora, esses dados

referem-se, obviamente, à organização da vida individual e colectiva. São dados políticos. Esquecê-lo seria esvaziar o cristianismo do seu conteúdo simultaneamente histórico e profético. Seria confiná-lo a meros ritualismos formais, hipotecando a um futuro abstracto o hoje concreto onde esse futuro se joga.

As dimensões histórica e profética do cristianismo manifestam-se, aliás, em estreita correlação. Por um lado, a inserção histórica do cristianismo torna-o dependente da mundividência em que ele se integra. Um cristão é mais ou menos progressista ou mais ou menos conservador consoante a ideologia que, consciente ou inconscientemente, professa. A leitura do Evangelho a partir dos esquemas reaccionários de uma sociedade proibitiva é, necessariamente, uma leitura conservadora e defensora do «status quo». A leitura do mesmo texto a partir de uma ideologia aberta à inovação e à mu-

dança corresponde, logicamente, a uma melhor percepção do fermento do novo que percorre o Evangelho.

Não quer isto dizer, porém — e é este o outro lado da questão —, que a prática cristã seja necessariamente fruto dos esquemas mentais que nos caracterizam. A Boa Notícia ou Boa Nova evangélica é, em si mesma, portadora de um processo de libertação que transcende o horizonte dos nossos quadros de vida. O Evangelho não é monopólio dos progressistas, como não é monopólio dos conservadores. É, sim, monopólio daqueles que apostam na libertação total e definitiva de toda a humanidade e que aceitam colocar as suas vidas ao serviço dessa utopia absoluta.

Que tem isto a ver com a actual situação da Igreja no nosso país e com o debate aberto sobre o empenhamento dos cristãos na vida política?

Tem a ver com aqueles que, ao negar a dimensão política da vida cristã, se situam, au-

tomaticamente, do lado das forças da conservação, contradizendo pela prática as posições a-históricas que teoricamente defendem.

Tem a ver com aqueles que se arrogam em detentores da verdade evangélica, acusando ou marginalizando outros que, a esquerda ou a direita, osam tomar posições diferentes das suas.

Tem a ver com aqueles que, ao privar a Igreja da sua dimensão profética, a convertem num mero juguete das forças sociopolíticas, impedindo-a de introduzir no História o desafio provocador que é a sua própria razão de ser.

Tem a ver com todos os que esperam dos cristãos um testemunho de inteireza moral e de compromisso corajoso no dia-a-dia da vida política do País. Decepcioná-los é não só trair o Evangelho como, igualmente, trair o sonho de uma vida justa e limpa que, com todos os homens e mulheres de boa vontade, partilhamos.

Salgado Zenha:

Dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus

No tempo de Tibério, imperador romano, que então ocupava e oprimia a Palestina, alguém perguntou a Jesus Cristo se era ou não lícito pagar o tributo ao César romano. E então Jesus Cristo respondeu com aquela célebre sentença, de todos conhecida: «Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.»

O sentido geral atribuído a esta resposta é o de que, no ensinamento de Jesus Cristo, religião e política são mundos à parte. E assim como a religião deve afirmar a sua independência perante o Estado, este não a deve tentar dominar, mesmo que pela sedução; ou perseguir, se porventura os seus mandamentos lhe desagradarem.

Embora tudo isto pareça pacífico, a verdade é que ao longo dos séculos, este ensinamento de Jesus Cristo está ainda à espera de ser verdadeiramente escutado, compreendido e acatado.

Desde tempos imemoriais que a política e a religião se encontram misturadas de tal modo que por vezes é difícil até saber quando acaba uma e começa a outra. E isto é verdade tanto para o cristianismo como para as demais

religiões, embora neste breve depoimento nos restrinjamos ao horizonte europeu, que melhor conhecemos.

O ensinamento de Jesus Cristo era profundamente revolucionário e contestatário. A religião do ocupante romano era uma religião de Estado, ao ponto de se ter divinizado o próprio César Augusto, primeiro imperador de Roma e antecessor de Tibério, como, aliás, no-lo tem recordado recentemente uma série de jactâncias bem conhecidas. Portanto, Jesus Cristo, com a sua resposta, não só afirmava a independência da religião face ao Estado, como impugnava o pretense carácter divino da dinastia reinante do opressor estrangeiro.

Os tempos mudaram. O cristianismo de religião contestatária passou séculos mais tarde a religião oficial do próprio Império Romano, com Constantino.

E mais tarde ainda, nessa primeira metade do século 16, tão decisiva para a história da Europa e do Mundo, envolveu-se num conflito do qual saiu o protestantismo.

Reconheça-se, com Antero de Quental, que a Contra-Reforma se traduziu, entre nós,

portugueses, numa maior simbiose entre Estado e religião, como no-lo lembra a sinistra Inquisição, que não passou, aliás, de um dos afloramentos desse fenómeno mais profundo que foi a Contra-Reforma.

A Revolução Francesa, mais tarde, assumiu um carácter marcadamente contestatário da religião católica, dominante em França, que séculos antes já fora sacudida por profundas guerras religiosas, eivadas de um iniludível significado político.

Por sua vez, a Revolução Soviética, essa, foi mais longe e pretendeu banir do seu solo a religião cristã ortodoxa, de raiz bizantina, aí predominante, oferecendo em sua substituição uma religião de Estado, o marxismo-leninismo, em que, tal como no Império Romano, os «deadrés» políticos são divinizados depois de mortos.

(Note-se, de passagem, que é a Polónia, hoje governada pelo marxismo-leninismo, o país católico em que se verifica um maior numero de vocações religiosas. E o facto de hoje o Papa ser polaco é em si mesmo um símbolo).

Perante este panorama, como será possível sustentar que o ensinamento de Jesus Cristo

frutificou em actos e não é, hoje, apenas evocado nos lábios e não sentido pelos corações?

Seria caso para dizer, como já foi dito, que o cristianismo é realmente belo; pena é que nunca tenha existido.

Hoje em dia, a Europa e o Mundo encontram-se em momento decisivo de mudança, que era ao mesmo tempo angustias e incertezas.

A religião nunca deverá ser perseguida, nem perseguida; como ninguém deverá ser discriminado ou perseguido por professar religião diversa ou não professar religião nenhuma.

Democracia é sinónimo de tolerância e por isso mesmo tolerância religiosa e de convicções num sentido mais lato, é um dos valores essenciais da democracia e, portanto, mais do que predicada, deverá ser praticada, no dia a dia.

E depois? E depois, deveremos seguir o ensinamento de Jesus Cristo: dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.

E seremos disso capazes?

Eis uma pergunta a que só o futuro poderá responder.

A opção religiosa não deve ser instrumento de "marketing" político

O tema das relações entre os católicos e a política regressou à primeira página dos nossos jornais pelo facto inusitado de termos à frente do Governo, e pela primeira vez, não apenas uma mulher, mas especificando um adepto de um movimento católico, o Graal, afecto aos sectores tidos por «progressistas» da Igreja.

É evidente que o Governo não é só o Graal e que os católicos não são só os progressistas. Mas a diminuição da preponderância maçónica e a ênfase intencionalmente colocada por Lurdes Pintasilgo no seu catolicismo não passaram despercebidos a ninguém.

O acesso de militantes do Graal ao poder político veio assim trazer à cena um tema antigo — o das relações entre a Igreja e a política — num contexto que provoca as maiores perplexidades. Diga-se, desde já, que a questão surge entre nós com um certo desfasamento. Entre João XXIII, o grande entusiasta do «aggiornamento» da Igreja e em torno do qual se desencadeou uma série de grupos e movimentos que se reivindicavam do espírito inovador do Vaticano II, e João Paulo II, o papa po-

laco consciente dos perigos do materialismo e do totalitarismo, passaram já mais de quinze anos. E de entre os que nos anos 60 se reclamavam de «católicos progressistas», muitos são os que hoje se apresentam apenas como *católicos*, sem qualquer rótulo, enquanto outros levaram o seu empenhamento político a tais radicalismos que acabaram por entrar em conflito com a doutrina e prática da igreja católica e são hoje apenas *progressistas*.

Entre nós, as tensões entre os católicos e o Poder Político não foram interrompidas antes do 25 de Abril, salvo raras excepções. Não se chegaram contudo a formar, ao contrário do que sucedeu noutros países, movimentos liderados por bispos «progressistas». A imagem do «catolicismo progressista» nunca ultrapassou alguns pequenos grupos, nunca tendo aparecido associada nem à hierarquia da Igreja, nem ao poder político.

A situação inverteu-se com o 25 de Abril. A hostilidade contra a Igreja manifestou-se desde logo, culminando com o sequestro da Rádio Renascença. Os poucos católicos

«progressistas» conhecidos tomaram então posição *contra* a hierarquia da Igreja e a favor do poder político vigente.

Pela primeira vez aparecem publicamente e claramente conotados com partidos políticos à esquerda do PS. Enquanto isso alguns deputados do PSD e do CDS empenharam-se na Assembleia Constituinte na defesa da liberdade religiosa e da liberdade de ensino, conscientes de que não há liberdade se faltarem algumas das liberdades.

Com a eng.^a Pintasilgo, a imagem do «catolicismo progressista» aparece pela primeira vez intimamente associada ao Poder político em Portugal. E não é de estranhar que partidos como o PS e o PCP, a quem agradou a nomeação desta primeira-ministra, tenham «embandeirado em arco» com a opção religiosa de Pintasilgo, *procurando agir do mesmo modo que o regime anterior*. Conhecedores da força da Igreja em Portugal, tais partidos e o próprio Presidente da República procuraram instrumentalizar o catolicismo da primeira-ministra, na

esperança de assim alargarem o seu espectro de apoio junto dos Portugueses. O oportunismo deste comportamento é evidente, sobretudo no caso do PC. Chegou-se mesmo ao cúmulo de ver este partido pretender defender, na Imprensa, que lhe é afecto, a hierarquia da Igreja contra as pretensas críticas de sectores políticos da Aliança Democrática!

Pela minha parte, rejeito em absoluto tais atitudes. Não posso aceitar que o catolicismo seja *mau e reaccionário* se defende liberdades, mas se *toíne bom e progressista* se tal convier aos interesses do Poder vigente. Não concebo que se utilize uma opção religiosa que deve ser profunda e pessoal para angariar popularidade política. Não reconheço a nenhum partido ou personalidade legitimidade para reivindicar o monopólio da fé — que por definição é transcendente, universal e ultrapassa os limites estreitos da mera actuação política.

A opção católica é compatível com diferentes opções políticas, e há católicos em

(Continua na pag. seguinte)

(Continuado da pag. anter.)

diversos partidos. Há, evidentemente, fronteiras entre a opção religiosa e a pluralidade de opções políticas abertas aos católicos. Há mesmo, na minha opinião, um fosso intransponível entre o conjunto de valores

espirituais inerentes à dignidade da pessoa, de que a Igreja Católica foi sempre uma das mais firmes defensoras, e ideologias ou práticas que ignoram, desprezam ou combatem esses valores. Mas a opção religiosa não está ao mesmo nível da opção política, nem

deve ser um simples atributo adicional ou um instrumento de «marketing» político. Deve sim ser um critério de vida, ético e pessoal — fonte de lições e valores pelos quais cada qual se empenha em lutar com convicções e honestidade.



Carlos Costa:

Inexistência de uma questão religiosa favorece consolidação da democracia

1. Na opinião dos comunistas portugueses, há duas realidades objectivas que em Portugal não podem deixar de estar presentes numa abordagem séria do tema «os católicos e a política».

A primeira: *não existe no nosso país uma questão religiosa.*

A segunda: *não existe no nosso país uma corrente política católica ou cristã.*

2. A inexistência em Portugal de uma questão religiosa é naturalmente o resultado da conjugação de factores históricos muito diversos que pesaram na evolução da sociedade portuguesa.

Julgamos, no entanto, ser incontroverso que a construção dessa realidade positiva da paz religiosa em Portugal deram o movimento operário e a política de unidade antifascista do PCP uma significativa contribuição nos últimos 50 anos de vida portuguesa.

Com efeito, é sabido que houve um período em que algumas correntes do movimento antifascista, na negativa continuidade de certa tradição anti-clerical, revelaram preconceitos em relação aos católicos e não valorizaram suficientemente a necessidade e as potencialidades de uma ampla cooperação na luta pela liberdade e pela democracia, independentemente das convicções religiosas dos participantes dessa luta. O próprio apoio dado, na época, ao regime fascista por sectores da hierarquia da Igreja estimulava

e dava pretexto para que tais sectores antifascistas adoptassem concepções restritivas quanto à amplitude que era necessário conferir à luta pelo derrubamento do regime. O PCP, pela sua parte, combateu persistente e infatigavelmente tais concepções, nunca considerou a massa dos católicos como uma força de apoio ao regime fascista: antes abriu, em consequência da sua política de unidade antifascista, o caminho para uma frutuosa acção comum de crentes e não crentes, unidos por comuns sentimentos democráticos e humanistas.

Tal posição era inspirada naturalmente pelo a pelo emergente dos próprios problemas vivos da época e pela necessidade de garantir as condições propícias à vitória do nosso povo sobre a ditadura. Mas era ao mesmo tempo a base fundamental de uma política voltada para o futuro, voltada para o dia, não previsível mas certo, em que a liberdade fosse conquistada e as forças democráticas tivessem diante de si a tarefa e a responsabilidade de reconstruir o País e o dirigir na senda da democracia, da justiça social e do progresso.

E não deixa de ser oportuno lembrar que durante décadas de dominação fascista foram as forças democráticas que pugnaram pelo respeito pelas convicções religiosas dos cidadãos e pela tolerância e compreensão entre crentes e não crentes, e foram as forças

reaccionárias que procuraram atizar conflitos e cavar fronteiras de natureza religiosa na sociedade portuguesa, como objectivo de retardar a queda, historicamente inevitável, de um regime que oprimia identicamente católicos e não católicos.

A inexistência no Portugal

dos nossos dias de uma questão religiosa é um factor positivo para a consolidação da democracia e um elemento favorável a que a sociedade portuguesa se afirmem crescentemente os valores da solidariedade democrática cimentada

(Continua na pág. seguinte)

uidar o Futuro

(Continuado da pág. anter.)

tada em torno da necessidade de dar resposta construtiva aos problemas dos portugueses e de Portugal.

Nenhum problema candente da vida nacional, nenhum problema político, económico ou social que careça de solução, nenhum problema que esteja a afectar a dignidade, a liberdade e a vida dos cidadãos, poderá deixar de ser abordado, enfrentando e resolvido só porque, nas palavras e nos actos de alguns, está sempre presente o objectivo e a ameaça da criação artificial de um conflito religioso. Mas todos devem ser abordados, enfrentados e resolvidos por forma a não facilitar o jogo aos que querem dividir o que tem razões para estar unido, aos que querem fazer nascer a intolerância onde se justifica que floresça a compreensão, a abertura de espírito e o diálogo.

3. *A inexistência em Portugal de uma corrente política católica ou cristã* é um dado real, é uma situação de facto consumado na vida política nacional.

Corr efeito, os católicos portugueses — aliás como os não crentes — não têm unidade política, não intervêm na vida política — e muito menos na vida social — de acordo com um mesmo corpo de valores e objectivos, não militam ou votam sequer maioritariamente num só partido. Militam e votam nos mais diversos partidos. Muitos milhares são membros do PCP e muitos mais lhe dão o seu voto, o seu apoio, a sua confiança.

Em Portugal o que determina, em termos globais, a posição política dos católicos não é a doutrina religiosa que assumem como sua, mas os interesses e aspirações de classe, a sua situação económica

e social, o meio onde vivem e trabalham, o estágio da sua consciência social e política.

Tanto na luta política como social o factor religioso deve estar completamente ausente não passando por aí a definição de atitudes políticas ou sociais.

Tal facto não é contraditório com o justo reconhecimento de que muitos católicos encontraram a sua própria doutrina religiosa e na vivência da sua fé um impulso e um estímulo para uma intervenção generosa e activa nas tarefas colectivas do nosso povo que se afirmou na resistência ao fascismo e ganhou depois uma nova e rasgada expressão na sua adesão ao projecto libertador e humanista do 25 de Abril.

Não têm faltado as pretensões ilegítimas e abusivas de partidos reaccionários de se arrogarem em representantes privilegiados dos católicos ou em intérpretes no plano político da doutrina da Igreja recentemente agravadas com tentativas de dirigentes desses partidos de ditarem à Igreja a orientação das suas posições publicas.

Não têm faltado os planos, as campanhas e as pressões para tentar arregimentar os católicos em determinados partidos que exprimem os interesses do grande capital.

Não têm faltado as tentativas de alguns responsáveis da hierarquia para impedir e travar a crescente adesão de católicos aos ideais da fraternidade e justiça social, do progresso e do socialismo.

Tais pressões, planos e tentativas defrontam-se, no entanto, com realidades objectivas muito sólidas, opõem-se ao movimento de fundo, da sociedade portuguesa, chocam-se com os interesses e aspirações de classe, com as mudanças de comportamento social e político operadas depois do 25

de Abril e com a própria dinâmica de aproximação, diálogo e cooperação criada pelo desenvolvimento da vida democrática do País.

Estão, por isso, condenadas ao fracasso.

De igual modo estão condenados ao fracasso os esforços que continuam a ser desenvolvidos para decretar autoritariamente pretensas incompatibilidades e absurdos antagonismos entre a qualidade de católico e a qualidade de membro de partidos de esquerda.

Tais propósitos pretendem manter em aberto, por via de um debate ideológico abstracto, sem sentido nem eficácia, questões que a vida — sempre vencedora sobre os esquemas preconcebidos — já resolveu, está resolvendo, e bem.

Como já noutras ocasiões tivemos oportunidade de afirmar, há católicos comunistas e católicos que não são comunistas e entre os militantes do PCP que são católicos e os que não são católicos não fazemos a mínima distinção: a ninguém perguntamos, ao inscrever-se no Partido, qual a religião que professa ou se não professa nenhuma.

A concluir, apenas desejariamos assinalar que, em nossa opinião, a participação massiva de católicos no movimento sindical, nas organizações camponesas, nas organizações populares, nos mais diversos planos da iniciativa popular e da vida democrática do País, representa um grande motivo de confiança no advento de uma sociedade livre da exploração, do medo, da insegurança, da injustiça, do atraso e da ignorância, no triunfo da democracia política, económica e social, em suma, na construção de uma sociedade a caminho do socialismo.

Carlos Costa